

MOVIMENTOS SOCIAIS EM MOVIMENTO: O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO, UM BREVE E NECESSÁRIO DIÁLOGO.

Cíntia Lopes Vieira de Jesus¹

Jailton dos Reis Santos²

Cândida Maria Santos Daltro Alves³

Resumo: Falar em educação digna e de qualidade, para sujeitos das classes populares está cada vez mais urgente, se considerarmos o momento histórico/político em que estamos vivendo. Nesse sentido, a fim de registrar a luta de um povo organizado, sábio e digno das suas conquistas, compartilharemos, reflexões oriundas de uma pesquisa que teve por objetivo refletir acerca da Educação do Campo do município de Bom Jesus da Lapa, considerando o fechamento de escolas. O marco temporal adotado perpassa os anos de 2017 e de 2020, a fim de evidenciar o descaso, nos últimos anos. Ao longo dos estudos ficou evidente que a cidade de Bom Jesus da Lapa, não diferente de outras tantas, também tem aderido ao fechamento de escolas; e a opção adotada pelo município não é trazer/levar os estudantes do campo, para estudarem na cidade, mas sim a nucleação. Este artigo além de registrar o atual cenário da Educação do Campo lapense, visa denunciar o descaso para com os camponeses, especialmente àqueles que não detém de grupos organizados que os represente.

Palavras-chave: Educação do Campo. Fechamento de escolas. Movimentos Sociais.

Introdução

A educação não é prioridade. A educação nunca foi prioridade. Isso é fato, mas não é totalmente verdade. A educação pode não ser prioridade para um grupo seletivo. No entanto, a educação tem sido prioridade nas pautas de grupos específicos, como movimentos sociais,

¹ Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Mestra em Educação pelo PPGED da UESC. Professora efetiva no município de Bom Jesus da Lapa, desde 2008. E-mail: cinthiavieira1988@hotmail.com

² Pedagogo, Mestre em Educação pelo PPGED da UESC. Coordenador Pedagógico em escola do campo, efetiva no município de Curaçá, Bahia, desde 2013. E-mail: jailton-san.tos@hotmail.com

³ Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: candida_alves@yahoo.com.br

movimentos em prol de uma infância digna, movimentos que lutam por direitos adquiridos, porém que não estão sendo respeitados e garantidos.

Pensando nesses direitos, organizamos algumas reflexões que perpassam a educação de um grupo excluído, historicamente. A educação dos camponeses. Falar em educação digna e de qualidade, para pessoas das classes populares está cada vez mais urgente, se considerarmos o momento histórico/político em que estamos vivendo.

Nesse sentido, a fim de registrar a luta de um povo organizado, sábio e digno das suas conquistas, compartilharemos, nas linhas que seguem, reflexões oriundas de uma pesquisa que teve por objetivo refletir acerca da Educação do Campo do município de Bom Jesus da Lapa, considerando o fechamento de escolas.

Assim, organizamos este artigo da seguinte maneira: Metodologia, seção na qual justificamos o porquê da adoção da Pesquisa Participante, como caminho percorrido; entendendo o fechamento de escolas do campo, onde são apresentadas informações que revelam o principal objetivo desses fechamentos. Mais adiante, voltamos o nosso olhar para os movimentos sociais em constante movimento, espaço em que fica evidente a importância desse coletivo, nas conquistas dos camponeses. Finalizamos com Breves Considerações.

Importante frisar que este trabalho está em constante movimento, visto que o fechamento das escolas do campo, bem como outros descasos que atingem aos camponeses, permanecem ocorrendo, o que nos convida a sempre discutir a temática, seja numa perspectiva política, seja em caráter pedagógico.

Metodologia

Discutir questões que perpassam a educação é sempre um momento de reflexão, revisão de posturas e descobertas a serem adotadas. Assim, a fim de atingir o nosso objetivo, qual seja: refletir acerca da Educação do Campo do município de Bom Jesus da Lapa, considerando o fechamento de escolas e os seus prejuízos na educação dos camponeses e camponesas, optamos pela Pesquisa Participante.

Para Gil (2002)

A pesquisa participante envolve posições valorativas, derivadas sobretudo do humanismo cristão e de certas concepções marxistas. Tanto é que a pesquisa participante suscita muita simpatia entre os grupos religiosos voltados para a ação comunitária. Além disso, a pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como os constituídos por operários, camponeses, índios etc. (GIL, 2002, p. 56. Grifo nosso)

Para além dos motivos apresentados por Gil (2002), a nossa escolha deveu-se à simpatia que este tipo de pesquisa tem para com o contexto no qual se insere. Como lembra Brandão (2006, p. 10-11), a pesquisa é participante: *“não apenas porque uma proporção crescente de sujeitos populares participa de seu processo. A pesquisa é “participante” porque [...] ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória”*. E é o que buscamos aqui, repensar possibilidades que favoreçam à transformação social de um grupo específico, dos camponeses e camponesas.

Entendendo o Fechamento de Escolas do Campo

Entender o fechamento de escolas do campo só é possível se considerarmos alguns fatos e/ou documentos legais, dada à complexidade da situação, na qual há prós e contras, grupos beneficiados e grupos prejudicados. Assim, a fim de refletir sobre tal ação, cabe lembrarmos o que versa a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (Alterado pela EC-000.019-1998)

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (Grifo nosso)

Nota-se que o documento maior do país, CF/1988, já considera imprescindível as condições para o acesso e a permanência de todos na escola. Sendo o documento válido em todo o território nacional, cabe dizer que o mesmo deve ser considerado tanto para estudantes da cidade, como do campo. Logo, não se deve fechar os espaços de educação do campo, visto que o transporte dos estudantes para o meio urbano, foge do princípio de considerar a presença de escolas do campo, no campo.

Diante disso, os movimentos sociais, por meio de luta, têm buscado garantir os seus direitos adquiridos. Sobre isso Pereira (2017) relata que

Além das denúncias oriundas dos coletivos que representam os sujeitos do campo, que firmam a valorização da escola do e no campo, há uma campanha expressiva no contexto do movimento dos trabalhadores rurais sem terra que denuncia o fechamento de escolas desde 2011 e evidencia os dados e os impactos em relação ao fechamento de escolas com reportagens e divulgação na mídia. A intenção é provocar a sociedade brasileira em relação ao desmonte da escola pública localizada no campo. A campanha do movimento social é que “Fechar Escola é Crime” (PEREIRA, 2017, p. 101).

O fechamento de escolas tem estado presente nas pautas de discussões há uma década, segundo Pereira (2017), embora o ato anteceda essa data. Fechar é crime, para quem sofre os prejuízos, porém a lógica do capital pensa o inverso, o que fica visível na fala de Malheiro (2019)

Para os governantes é melhor transportar os alunos para as escolas da cidade do que manter uma escola na zona rural, idealizando que as escolas do campo são atrasadas e que é melhor a população do campo transferir seus filhos pra escolas da cidade, com a ideia de que será melhor o aprendizado. (MALHEIRO, 2019, p. 22)

Além disso, é sabido, como veremos mais adiante, que o fechamento das escolas não se limita à preocupação em ofertar uma educação de qualidade, no espaço urbano, pois essa poderia – e deveria – ser ofertada nas escolas do campo também, mas sim porque manter escolas no campo, com poucos alunos, é sinônimo de despesas desnecessárias. Fazer cumprir a lei (CF/1988) não é prioridade, quando o Estado não se vale de uma gestão democrática e justa.

A partir do relato acima, cabe considerarmos que as

políticas voltadas a facilitar o acesso às escolas do campo podem contribuir para que a educação básica do meio rural tenha caráter universal, porém contextualizado às especificidades do meio, valorizando a cultura e tendo como objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade, que assegure a ampliação dos direitos de cidadania da população rural, garantindo, assim, o direito do aluno ao acesso e permanência na escola e, sua inserção no mundo do trabalho (INEP/MEC, 2007, p 08-09).

No entanto, o que se vê são dribles feitos à legislação para que os poucos direitos já instituídos sejam ignorados. Se as políticas de acessibilidade e permanência tivessem acontecendo, respeitando cada singularidade, certamente, o fechamento de escolas não seria a alternativa adotada, porém o que se considera são os benefícios para o Estado, não para os sujeitos do campo.

Os Movimentos Sociais em Constante Movimento

A educação do campo tem hoje o desafio de ser reconhecida a partir das suas peculiaridades. Não apenas o tipo de povo que habita tal comunidade ou o tipo de cultura ali desenvolvida, é preciso considerar todo o contexto social, histórico, cultural que abarca e a torna diferenciada. A partir daí, torna-se viável pensar em qual tipo de escola se deve apoiar no campo.

Muito se vê, tanto na academia, como entre os próprios colegas professores, relatos sobre o desmonte da escola do campo, por meio do fechamento de escolas e, conseqüentemente, a nucleação. Mas, até onde isso é positivo? Até onde é mais válido retirar o estudante da sua comunidade, para migrar para uma comunidade alheia, que possui premissas distintas da sua?

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, em Parágrafo único reza que

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002, p. 282)

É evidente que a escola do campo não se limita a ensinar apenas as primeiras letras, ou simplesmente a ler e a contar, ela possui uma grande responsabilidade de, além de ensinar o que é proposto no currículo nacional, garantir o acesso às suas particularidades, aos saberes exclusivos do seu povo. A identidade de um povo é reforçada dentro da escola, quando a mesma está localizada na comunidade. Quando há nucleação, quem migra perde muito, inclusive a oportunidade de conhecer e conservar a sua cultura.

Para Vendramini,

As escolas rurais, no nosso caso de estudo, veem seu futuro ameaçado. Para não serem fechadas, são levadas a se reorganizar por meio de diversas estratégias: agrupamento de escolas, compartilhamento de programas e recursos, redução de despesas, abertura para programas instrumentais de profissionalização e escolarização em curto prazo, entre outros. (VENDRAMINI, 2015, p. 53)

De fato, as escolas do campo têm sofrido alterações em sua organização. A ação mais comum tem sido a nucleação das escolas que possuem baixo número de estudantes matriculados. No entanto, ainda é possível presenciar grupos organizados que lutam em prol do não fechamento das escolas do campo.

De acordo com Streck (2010, p. 302), tendo como base os estudos de Freire sobre os movimentos sociais, em consonância com a educação do campo, os movimentos

- a) São ações coletivas, com certo nível de organização;
- b) São portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade;
- c) São localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente;
- d) São ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização;
- e) São lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos;
- f) Da atualidade indicam a ultrapassagem de uma visão antropocêntrica em direção a uma visão antropológica.

A partir das ponderações acima, nota-se que os movimentos sociais têm fundamental importância na consolidação de um projeto de educação que considere a cultura camponesa, bem como a cultura de outros grupos ignorados, aí se inclui a conservação da escola em território camponês. É sabido que ainda há muito o que buscar, em prol dos camponeses, mas

já é possível visualizar conquistas significativas, na educação escolar, outrora ignorada nos planos de governo.

Em, “Reflexões sobre o significado do Protagonismo dos Movimentos Sociais na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo” Molina (2010) discute acerca da relevância dos movimentos organizados, trazendo apontamentos históricos e modernos, a fim de mostrar as contradições que permeiam a construção de uma educação que fuja dos preceitos hegemônicos e que considere a transformação social como premissa maior.

Assim, a autora nos lembra que

A história das lutas e da organização coletiva dos sujeitos do campo em busca do acesso ao conhecimento e à escolarização, como parte das estratégias de resistência à expropriação provocada pelo capital, faz parte desse cenário, não podendo ser analisada em separado. (MOLINA, 2010, p. 138)

Nota-se que a Educação do Campo não pode ser estudada e compreendida sem considerar a sua gênese, que está atrelada ao movimento social. Foi a partir da dinâmica dos movimentos, com as ações dos sujeitos coletivos, que a minoria camponesa assumiu a sua luta e buscou o espaço nas discussões sobre educação. Isso porque, a educação pensada pela classe dominante não respeitava as origens dos povos do campo, cabendo aos últimos aderir a propostas inadequadas, não exclusivas para a sua realidade.

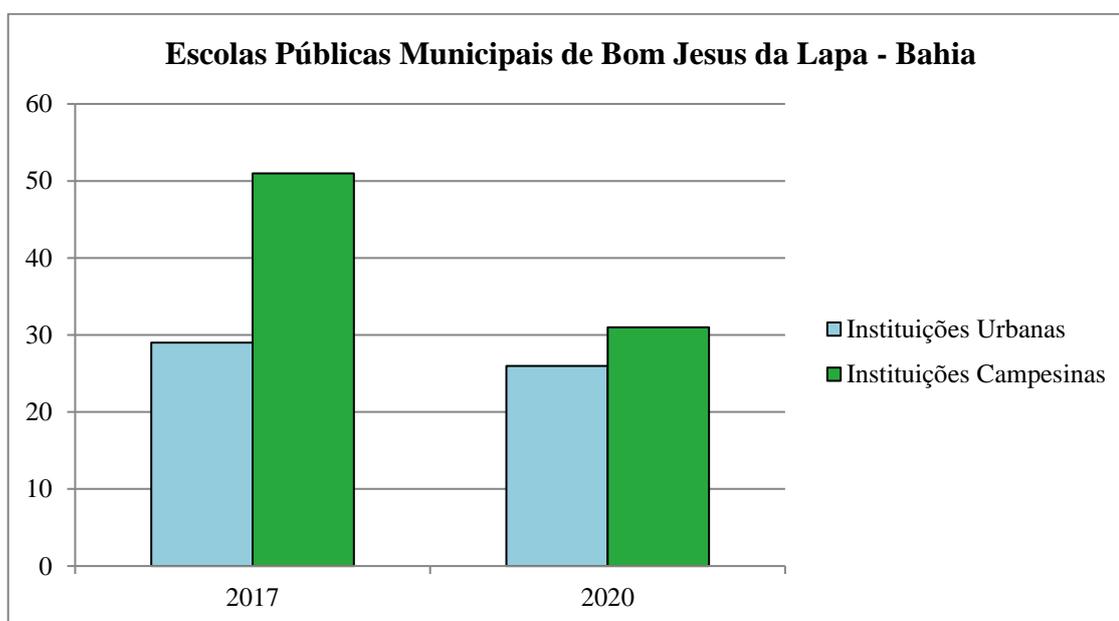
Como a autora sinaliza, a educação do campo é uma modalidade da educação básica que tem como sujeitos protagonistas os camponeses. Mais do que isso, ela é um projeto de vida, uma perspectiva de mudança e de transformação social. Nos dias de hoje, o campo tem lutado para manter a sua cultura viva, no entanto, o que se vê em alguns espaços são empresários se apropriando de áreas rurais e adotando as premissas contrárias, tais como: a adoção de monoculturas em grandes extensões de terras; uso exorbitante de produtos químicos nos plantios; dentre outras ações que, indiretamente, expulsa o homem do campo do seu espaço.

É pensando na nova conjuntura, em que se encontra a situação do camponês, que os movimentos sociais precisam se manter firmes e garantir a materialização das políticas públicas que lhes asseguram.

A realidade lapense

Diante dos apontamentos anteriores e, tomando como *lôcus* de referência o município de Bom Jesus da Lapa⁴, oeste baiano, é possível apresentar alguns dados acerca do fechamento de escolas do campo, ao compararmos informações obtidas em estudos realizados em 2017 e em 2020.

Gráfico 1: Escolas Públicas Municipais de Bom Jesus da Lapa - Bahia



Fonte: SEMED/2020

O gráfico acima reflete a queda no número de escolas municipais, tanto na cidade, como no campo. No entanto, no campo a queda foi bastante significativa, pois das 51 escolas existentes, em 2017, restaram apenas 31, em 2020. Vinte comunidades, com características e histórias próprias perderam um direito adquirido, uma escola próxima das suas residências, o que gera desconforto para as crianças pequenas que ficam mais tempo nos transportes escolares.

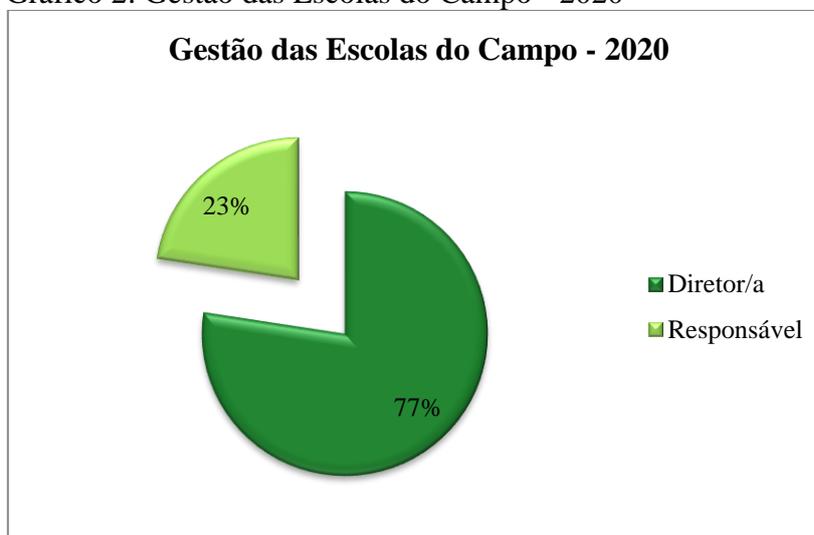
De acordo com informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação, em 2017, das 51 escolas do campo, apenas uma(01) não recebia crianças da Educação Infantil. Dessas, vale

⁴ Bom Jesus da Lapa é um município brasileiro no interior do estado da Bahia, Região Nordeste do país. Localiza-se a uma distância de 796 km a oeste da capital estadual, Salvador, e 675 km a leste da capital federal, Brasília.

frisar, 17 eram unidocentes e as demais regulares. Atualmente, segundo a Coordenadora da Educação do Campo, em 2020, apenas uma(01) escola ainda se encontrava nesse caráter, que é a escola situada na Comunidade Barrinha.

O número de escolas unidocentes decresceu devido às nucleações que vem ocorrendo. Como se pode observar abaixo, das 31 escolas ativas no campo, em Bom Jesus da Lapa, nem todas possuem número de alunos suficiente para ter um gestor exclusivo. Assim, a instituição tem um responsável que assume algumas atribuições mais simples, e a parte burocrática fica a cargo de um técnico da SEMED.

Gráfico 2: Gestão das Escolas do Campo - 2020



Fonte: SEMED/2020

Outro fator relevante é referente à Educação Infantil. Em situações precárias, visto que no município não há nenhum Centro de Educação Infantil no espaço campesino, a educação das crianças pequenas se dá em prédios pensados para estudantes maiores. Diferente dos CEIs, nas escolas municipais do campo não é comum encontrar banheiros adaptados com privadas e pias em alturas que promovam o desenvolvimento da autonomia das crianças. Dos oito Centros de Educação Infantil lapense, todos se encontram na cidade.

Breves Considerações

A Educação do Campo é prioridade! Ao longo dos nossos estudos, leituras e pesquisas, ficou notório que, por mais que um grupo específico tente diminuir o poder de ação dos movimentos sociais, o mesmo não permite. Não permite que o desmonte da educação pública de qualidade aconteça, sem que haja lutas, embates. Por isso, pode-se afirmar que a Educação do Campo é prioridade, não para o Estado, mas para os movimentos organizados que zelam pelos sujeitos que representa, e resistem quando teimam em podá-los.

Retomando o objetivo que nos conduziu aqui, qual seja: refletir acerca da Educação do Campo do município de Bom Jesus da Lapa-BA, considerando o fechamento de escolas, cabe pontuar as seguintes evidências, percebidas no decorrer da pesquisa:

- A cidade de Bom Jesus da Lapa, não diferente de outras tantas, também tem aderido ao fechamento de escolas;
- A opção adotada pelo município não é trazer/levar os estudantes do campo, para estudarem na cidade, mas sim a nucleação, a redução dos investimentos nessa modalidade de educação, a perda de identidade campesina.

Percebe-se que a história dos povos do campo tem sido ignorada no território lapense. O fechamento de escolas não é apenas sinônimo de uma mudança de localização geográfica, é uma afronta, uma negação, uma falta de respeito para um leque de possibilidades que uma comunidade camponesa não encontrará em outra comunidade, pois as culturas são distintas, assim como os seus objetivos particulares.

Diante das reflexões apresentadas, é pertinente ressaltar ainda que estamos imersos em tempos de pandemia⁵, o que torna a Educação do Campo ainda mais invisível, nos municípios do interior, dada a complexidade de ofertar educação, tendo como referência o ensino remoto, em espaços que o acesso à *internet* é limitado e/ou inexistente.

Referências

⁵ A Pandemia da Covid-19 teve o seu primeiro registro no Brasil em fevereiro de 2020 e permanece ativa até os dias atuais, junho de 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF, 2002. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=13800&Itemid .
Acesso em: 08 jun. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Cartilha do transporte escolar**. Brasília: (mimeo) 2005.

MALHEIRO, Eva Santana. **Um estudo sobre os impactos causados pelo fechamento das escolas no campo localizadas no município de Combinado/TO** – Arraias, TO, 2019. 63 f.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para reflexão**. Brasília, DF: 2010.

PEREIRA, Camila Casteliano. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

VENDRAMINI, C. R. Qual o futuro das escolas do campo? **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.31. n.03. p. 49-69. jul.-set. 2015.